

## O PERCURSO INTELECTUAL DE NELSON WERNECK SODRÉ, HISTORIADOR DO BRASIL (1911-1999)

João Alberto da Costa Pinto\*

Recibido: 22 Septiembre 2011 / Revisado: 25 Septiembre 2011 / Aceptado: 2 Octubre 2011

Em 2011 comemora-se o centenário de nascimento de Nelson Werneck Sodré, um dos mais prolíficos e polêmicos historiadores no Brasil do Século XX. Publicou cinquenta e oito livros e centenas de artigos em revistas e jornais. A produção intelectual sodreana na sua integralidade tem dois momentos distintos que demarcam algumas substantivas alterações conceituais na sua estrutura interna: o primeiro, com as publicações surgidas entre 1938 e 1945 e o segundo, com a obra publicada de 1958 a 1964. Os trabalhos publicados após 1964 reafirmam conceitualmente as teses do segundo momento. O essencial do pensamento e da intervenção política do historiador carioca dá-se com a produção acontecida na conjuntura de 1958 – 1964, quando como professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) revisa (e em parte abandona) conceitualmente a sua produção anterior. Quase toda a produção desse período nasceu de trabalhos apresentados no ISEB e mediados por perspectiva analítica marxista, ainda que a marca estrutural dos mesmos fosse o nacionalismo político.

O intelectual Nelson Werneck Sodré através das suas reflexões historiográficas posicionou-se politicamente a favor de duas experiências de Estado Nacional associadas à processualidade histórica da revolução capitalista no Brasil. Apoiou e justificou o modelo nacionalista do Estado

Corporativo de Getúlio Vargas no período de 1937-1945 e depois apoiou e defendeu a institucionalização de uma ampla participação democrática das classes sociais timbradas pela luta nacionalista em confronto direto com os interesses políticos e econômicos do imperialismo capitalista, confronto esse que foi radicalizado no período 1954-1964. Nas duas situações a sua posição ideopolítica manifestou-se enfaticamente a favor do nacionalismo político. Tanto a análise historiográfica como a reflexão teórica de Werneck Sodré sempre mediaram a sua intervenção política, é impossível analisar a sua produção intelectual sem se considerar esse aspecto central. Para melhor desenvolver essa caracterização global da obra do autor, apresento a seguir uma descrição tópica de alguns dos momentos mais expressivos de sua trajetória institucional<sup>1</sup>.

Nelson Werneck Sodré, em 1924 ingressa no Colégio Militar (Rio de Janeiro), seguindo carreira na Escola Militar do Realengo (1931), graduando-se como oficial em 1934. As escolas do Exército eram uma opção para os filhos da classe média carioca. E nelas os alunos encontravam alguns espaços culturais onde tinham a oportunidade de se expressar intelectualmente. O início da carreira intelectual de Werneck Sodré deu-se quando da sua ativa colaboração, a partir de 1931, na *Revista da Escola Militar*.

\* Universidade Federal de Goiás, Brasil. E-mail: joaoacpinto@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> Sobre a trajetória do autor, consultar entre outros, os trabalhos de Netto, José Paulo. Nelson Werneck Sodré (Prefácio). In [Sodré, Nelson Werneck]. *O Naturalismo no Brasil*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1992, 7-39; Gaio, André Moysés. Modernismo e ensaio histórico. São Paulo, Cortez Editora, 2004, 42 – 55; Hippolito, Regina. “Enfoques de uma vida militante”. In [Cunha, Paulo Ribeiro da & Cabral, Fátima (orgs.)]. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena* (2ª. Edição). São Paulo, Editora da UNESP, 2011, 197-213; e o trabalho fundamental de Cunha, Paulo Ribeiro da. Um Olhar à Esquerda: *A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro, Revan / São Paulo, FAPESP, 2002.

Paulo Cunha (2002) apresenta um exaustivo levantamento das publicações que Sodré fez aparecer não só em periódicos da corporação militar como nos da grande imprensa, por exemplo, só no jornal *Correio Paulistano*, foram quase vinte anos de colaboração como colunista, opinando sobre a produção literária do país ou sobre assuntos da vida política<sup>2</sup>. Esses trabalhos na imprensa deram-lhe projeção nacional. É importante destacar que mesmo com os deslocamentos obrigatórios pelo território nacional impostos pelo seu trabalho como militar de carreira, nunca deixou de publicar seus artigos na imprensa nacional, colaborando também com jornais locais nas cidades onde estava lotado no seu serviço militar.

Por causa dos conflitos internos na corporação militar, desencadeados pelo projeto de aproximação nacional com os EUA durante o governo Dutra (1946-1950), Nelson Werneck Sodré definiu-se politicamente pela corrente nacionalista, centrada na intervenção pública do General Estillac Leal (em defesa da prospecção do petróleo em solo brasileiro sob condução única e exclusiva do Estado nacional brasileiro), nacionalismo esse que afrontava diretamente o interesse dos EUA que se posicionava pela não autonomia petrolífera do Brasil.

Em torno da questão do petróleo, no final da década de 1940, o Exército dividiu-se em duas correntes políticas, divisão que haveria também por marcar a trajetória política de grande parte das instituições do Estado brasileiro até 1964. O nacionalismo militar afrontaria diretamente as demandas do bloco conservador centralizado no projeto da Escola Superior de Guerra (ESG), que o presidente Dutra encampara em 1947 como parte da política de aproximação com os EUA. A ESG foi a expressão máxima na América do Sul das diretrizes ideológicas das Escolas Militares norte-americanas, que com o início da Guerra Fria haveriam de pautar sua agenda política na campanha anticomunista<sup>3</sup>.

A divisão política no Exército seria explicitada na corporação e melhor percebida pela sociedade civil com os embates da campanha eleitoral para a direção do Clube Militar em 1950, quando o grupo nacionalista liderado pelo General Estillac Leal foi o vencedor para a gestão 1950-1952. Nelson Werneck Sodré participou ativamente da campanha eleitoral ao lado dos nacionalistas e nessa gestão assumiu a direção do Departamento Cultural e a editoria da *Revista do Clube Militar*. Essa escolha o marcaria politicamente pelos próximos anos, e com ela definiu seus inimigos políticos, e um desses inimigos haveria de ser o General Nelson Melo que nas eleições de 1952 para o Clube Militar, como vice da chapa do general Etchegoyen, na Chapa Cruzada Democrática, viria a derrotar o grupo nacionalista<sup>4</sup>. Essa divisão ideológica no Clube Militar ficou mais acirrada quando Estillac Leal tornou-se o Ministro da Guerra do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Nelson de Melo, anos depois, como assessor militar de Juscelino Kubitschek não poupou esforços para convencer o presidente da necessidade do fechamento do ISEB, visto como um “antro de comunistas”, isto porque o ISEB (em 1959) faria concorrência direta à ESG no que se refere à sua projeção institucional frente aos escalões intermediários da hierarquia militar das Forças Armadas. Como resultado dos debates políticos no Clube Militar a opinião pública tomou partido “abertamente por uma ou outra das facções que se defrontaram por ocasião das eleições, e a imprensa discutiu amplamente o conteúdo dos programas de tais facções”<sup>5</sup>. Por essa externalidade e pelos debates na imprensa, as opiniões de Nelson Werneck Sodré ganharam evidência. Naquele momento de acirramento político em torno dos projetos do movimento nacionalista, o historiador definiu seus rumos políticos e as premissas teórico-programáticas com que haveria de enfrentar os contínuos

<sup>2</sup> Afonso, Eduardo José. “Correio Paulistano (artigos)”. In [Silva, Marcos (org.)]. *Dicionário Crítico – Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 2008, 55-60. O autor afirma que Sodré colaborou com o *Correio Paulistano* durante 24 anos (entre 1931 e 1955), publicando um total de 1021 artigos e crônicas.

<sup>3</sup> Sobre a ESG, entre outras referências consultar Peregrino, Umberto. *História e Projeção das Instituições Culturais do Exército*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1967; e o livro organizado por Rouquié, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980.

<sup>4</sup> Sobre a história político-institucional do Clube Militar, em especial para o período crítico de 1945-1964, consultar o ensaio de Peixoto, Antônio Carlos. “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas”. In Rouquié, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*, Rio de Janeiro, Record, 1980, p. 71-113, que define assim a instituição: “elemento privilegiado de ligação entre a sociedade política e a instituição militar [...]. As eleições para a diretoria do Clube [...] permitiram conhecer o estado dessa opinião e medir a influência dessas correntes” (Ibid., 73).

<sup>5</sup> Ibid., 74.

debates até o momento de capitulação política com o golpe militar de 1964. O Clube Militar seria assim uma instituição vital na reprodução ideológica dos militares e “sua história é igualmente a história do debate político que se desenrolou no Brasil e também dos acordos concluídos entre as correntes militares e os grupos civis”<sup>6</sup>.

Aspecto pouco percebido da trajetória de Nelson Werneck Sodré é o momento em que já como professor do ISEB (e ainda militar na ativa, nesse momento tinha a patente de Tenente-Coronel) aceitou participar (como membro convidado no período de 1959-1960) das reuniões de um dos grandes cenáculos de organização político-corporativa da tecnocracia e burguesia nacional, o *Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio*, sediado no Rio de Janeiro. Hesitou em aceitar o convite, mas, depois de aceito, diz que não se arrependeu, “teria cometido erro infantil e grave, se tivesse recusado o convite para conhecer e privar com aquelas figuras”. E complementa: “Eram personagens iminentes na vida brasileira, eram aquilo que, em suma, se conhece como elite”. No Conselho Técnico “estavam os quadros que a classe dominante, em nosso país, alinhava como superiores: era a sua vanguarda, a sua cabeça, a sua direção”<sup>7</sup>. Dos “personagens iminentes” que ali encontrou, “Eugênio Gudín era, sem a menor dúvida, a figura central (...), o seu mentor, por assim dizer, o seu oráculo, o seu profeta”<sup>8</sup>. Nas reuniões que participou, Sodré optou pela discrição, preferiu ouvir e aprender a confrontar. Afirma que sua opção pela discrição dava-se pelo seu ceticismo, e porque não queria se colocar como “paladino de coisa alguma”. Naquelas reuniões, Sodré ouviu “calado, impassível, as maiores barbaridades contra tudo aquilo que pensava e defendia”<sup>9</sup> (Idem, 65-66). Dá ênfase à presença, naquele Conselho, de um grupo de economistas que há muito estava na estrutura tecnocrática do Estado brasileiro, desse grupo destaca Octávio Gouveia Bulhões e Roberto Campos, que conforme o autor eram sempre guiados por Eugênio Gudín. Bulhões e Campos serviram a Vargas, a Café Filho, a Juscelino Kubitschek, a Jânio Quadros, a João Goulart, a Castelo Branco, e diante dessa constata-

ção, pergunta-se: “como fora possível passar, assim, sem alteração, sem perder as rédeas, de um a outro governo, de um a outro regime político, do presidencialismo ao parlamentarismo, deste ao presidencialismo, deste à ditadura?”<sup>10</sup>. O autor apresentou assim a resposta a essa indagação:

“[...] a nua e crua verdade primava pela simplicidade: a política econômica e financeira do Brasil não fora alterada, em essência, através do tempo, nos períodos do governo Dutra, de Vargas, de Café Filho, de Kubitschek, de Jânio Quadros, de Goulart, de Castelo Branco, de Costa e Silva, de Médici. E mais do que isso: tal política não escapou, ao longo de todo o tempo, ao controle das forças representadas por figuras como Gudín, Bulhões, Campos. Sem falar em personagens menores, simples satélites: os Garrido Torres, os Lucas Lopes, os Glycon de Paiva, os Mário Henrique Simonsen, os Delfim Neto, etc., etc., etc. A política econômica e financeira jamais escapou àquele controle. [...] É sabido que Clemente Mariani, na conferência de Punta del Este descumpriu as instruções dadas pelo presidente Jânio Quadros. É sabido que Bulhões, na direção da SUMOC, no governo Goulart, simplesmente não tomou conhecimento da lei de remessa de lucros elaborada pelo Congresso [...]. Vemos, em três exemplos concretos, como três presidentes pretendiam determinada orientação, que os altos funcionários que controlavam o aparelho de Estado simplesmente desconheciam. Era a estes que pertencia o controle. Jamais perderam esse controle”<sup>11</sup>.

Descrição precisa da tecnocracia que comandaria o país após o Golpe Militar de 1964. Em 1961, Werneck Sodré não foi mais convidado às reuniões do Conselho Técnico.

Descrevo a seguir de modo sucinto as atividades institucionais do ISEB, com base em dois documentos de extraordinária valia para a compreensão do sentido histórico da instituição. Refiro-me ao *Relatório Sucinto das Atividades do*

<sup>6</sup> Ibid., 74.

<sup>7</sup> Sodré, Nelson Werneck. (1992) *Ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992, 64.

<sup>8</sup> Id. *Ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992, 71.

<sup>9</sup> Ibid., 65-66.

<sup>10</sup> Ibid., 75.

<sup>11</sup> Ibid., 75.

*Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), durante o período de janeiro de 1956 a novembro de 1960*<sup>12</sup>, relatório não assinado, mas provavelmente elaborado por Roland Corbisier, filósofo e um dos fundadores do ISEB. Para contrastar as informações desse documento, apresentarei também o conteúdo da *Exposição de Motivos n. 003-B, de 10 de dezembro de 1959*<sup>13</sup>, documento secreto encaminhado ao Presidente Juscelino Kubitschek pelo General Edgar Amaral, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Trata-se de um relatório de investigação sigilosa sobre as atividades do ISEB.

Além das aulas nos cursos regulares, os professores isebianos, também promoviam cursos, palestras e conferências para o grande público nas instalações do ISEB ou em outras instituições. Em 1956, apenas um professor deu curso fora do ISEB, em 1957, foram dois cursos externos, em 1958, foram quatro cursos (dois no ISEB), em 1959, foram doze cursos. Nessa data o ISEB passava a desenvolver ampla campanha de suas atividades, destacando-se as inúmeras palestras que Roland Corbisier realizava nesses cursos (Sodré pouco participava de atividades fora da instituição, cumpre lembrar que no período em questão, o autor ainda estava na ativa como coronel de brigada, lotado no Rio de Janeiro). Nesses cursos, nessas práticas de uma docência militante que visava ao esclarecimento dos problemas nacionais para um público de características mais corporativas. Por exemplo, foram realizados três cursos para Oficiais das Forças Armadas no Rio de Janeiro e um no Círculo Militar de Porto Alegre que obteve o expressivo número de seiscentos inscritos (fatos como esses provocavam a fúria do Estado Maior das Forças Armadas contra a ação do ISEB). Além dos militares, entidades sindicais do Rio de Janeiro e de Niterói também promoveram cursos com professores isebianos. No ano de 1960, além dessas atividades outras similares se realizaram em Santos, Campinas (SP) e em Salvador (BA).

Frente ao que o *Relatório ISEB* apresenta são possíveis algumas conclusões. A primeira e a mais evidente é a da alteração das práticas institucionais a partir de 1959, quando o ISEB transcende seus próprios muros e dirige-se à sociedade civil. Outra

importante questão está na caracterização do corpo discente dos cursos regulares anuais que era, na sua maioria, oriundo de setores e atividades da sociedade civil e não quadros da burocracia estatal. Aspecto fundamental, que se depreende imediatamente do documento, principalmente no após 1959, é o vínculo interinstitucional do ISEB com várias instituições políticas da sociedade civil, em destaque os sindicatos dos bancários e metalúrgicos [CNTI]; entidades patronais – como o Centro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; entidades de representação estudantil – a UNE (União Nacional dos Estudantes); a UMES (União Municipal dos Estudantes Secundaristas) e o Diretório Estudantil da Faculdade Nacional de Filosofia [FNFi]; e associações, como a ADISEB [Associação dos Diplomados do ISEB]. A partir de 1959 as práticas do ISEB envolviam um amplo e complexo debate com a sociedade civil, os rumos da externalidade política da instituição seriam a evidência da luta política pela consagração de um modelo capitalista nacional popular.

O *Relatório EMFA/ISEB*, assinado pelo General Edgar Amaral, Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, foi dirigido ao presidente Juscelino Kubitschek. O fato significativo do documento, o que motivava as maiores críticas dos militares ao ISEB, era o que se relacionava com os cursos que os isebianos ofereciam aos militares de baixa patente. Com esses cursos, a opinião corrente no alto comando era a de que o ISEB envolvia-se com situações institucionais distantes de sua alçada e função.

Pelos recentes estudos levados a efeito nos diversos órgãos da alta direção das Forças Armadas do país, constata-se que o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – órgão do Ministério da Educação e Cultura vem (...) desviado da finalidade para que foi criado, disseminando propaganda de política contrária a adotada no país, expandindo-se, suspeitamente, para níveis menos esclarecidos como sejam o do pessoal subalterno das Forças Armadas, estudantes secundários, líderes sindicais e operários e para outros Estados da União<sup>14</sup>.

As práticas do ISEB eram vistas como “infiltração” ideológica e isso com o propósito de “aliciar

<sup>12</sup> Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), Seção de Manuscritos / Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro) (AR 44, 30, 49). Doravante referido como *Relatório ISEB*.

<sup>13</sup> *Exposição de Motivos n. 003 – B; 10 de dezembro de 1959 (General Edgar Amaral – Comandante do EMFA)* – Arquivo Nelson Melo / CPDOC / FGV – RJ. Doravante referido como *Relatório EMFA/ISEB*.

<sup>14</sup> Relatório Emfa/Iseb, 6.

adeptos às doutrinas e ideologias, fundamentalmente, contrárias aos altos interesses do país<sup>15</sup>. O que mais incomodava os militares esguianos eram os cursos que o ISEB passou a promover na sede do Clube Militar (em abril e em junho de 1959, como já apresentado com a referência ao documento anterior, eram cursos com oito sessões e duração de dois meses, nesse curso em específico, houve a inscrição de 250 oficiais). O General Edgar Amaral faz a seguinte observação, não sem deixar uma farpa desqualificadora: “É de se ressaltar que a maioria desses oficiais inscritos pertencem aos Quadros de Oficiais Auxiliares, que em sua grande totalidade, atingiram o Oficialato sem possuir o curso ginasial completo”<sup>16</sup>.

Diante de fatos que o relator reputava como gravíssimos, “em vista da gravidade das acusações que recaem sobre a atual direção e corpo docente do ISEB, e sobre a orientação imprimida aos cursos regulares e extraordinários” que os isebianos promoviam, “e, convencido do perigo que representa para a Segurança Nacional a doutrinação de ideologias, ligadas até certo ponto aos interesses do comunismo internacional, nos meios militares, por alguns professores do ISEB”, diante desse quadro, o General Edgar Amaral, em iniciativa própria, reuniu-se com o alto comando do EMFA, para “acertar medidas tendentes a reduzir essa ação desagregadora das Forças Armadas”<sup>17</sup>. Entre as medidas sugeridas, uma campanha dos militares contra a ideologia isebiana que era vista como alheia à nacionalidade. Edgar Amaral encaminhou diretamente ao Presidente várias sugestões e que pedia fossem “fielmente cumpridas”, entre elas, a demissão dos professores do ISEB.

Com esta sucinta descrição do documento do EMFA demonstra-se a tensão política entre os militares *esguianos* e os intelectuais *isebianos*, quadro institucional de luta política que justifica o sentido das posições adotadas por Nelson Werneck Sodré quando de sua participação como professor de História do Brasil do ISEB. É uma situação expressiva que sintetiza singularmente as práticas políticas de

Nelson Werneck Sodré dentro do ISEB foi aquela da organização do *Projeto História Nova do Brasil* (1963 – 1964). O projeto de criação de uma série de livros didáticos de ensino de História do Brasil para os cursos secundários acabou por ter uma ampla repercussão política no contexto que antecedia (em poucos dias) os acontecimentos de 31 de março de 1964 (a coleção foi lançada oficialmente em 14 de março de 1964). No mês de março o jornal *O Estado de S. Paulo* através de uma série de cinco editoriais<sup>18</sup> procurava demonstrar, em críticas contundentes nunca vistas contra livros didáticos, os conteúdos apresentados pela coleção como ideologicamente associados a uma perspectiva marxista-comunista.

O conjunto da obra do historiador carioca tem como marca o engajamento político do autor com os temas e problemas nacionais, Werneck Sodré sempre asseverou o princípio de que escrevia para explicar os rumos do seu tempo presente, essa premissa do engajamento ideológico com os temas da nacionalidade já a manifestava nos seus primeiros livros, por exemplo, durante o Estado Novo, em 1940, afirmava que naquela conjuntura o país atravessava.

“[...] um dos instantes mais curiosos e mais singulares da sua evolução histórica. [...] o espetáculo actualmente apresentado pelo nosso país deixa corresponder a uma diretriz firme, marcada pela tendência na recuperação de uma dispersividade antiga e fixada pelo rumo, verdadeiramente positivo, de encontrar uma cooperação mais íntima entre as forças vivas da nacionalidade e o poder público”<sup>19</sup>.

Preponderam na produção sodreana desse período (1938 – 1945), textos demarcados por forte conotação ideológica junto ao modelo político institucional do Estado Novo. A remissão dessa característica é quase que automática. O autor colaborava com seu trabalho intelectual com o momento político vivenciado no país frente à experiência do Estado Novo, sua posição a favor do nacionalismo (fascista) varguista é explícita. Colaborou com a

<sup>15</sup> Relatório Emfa/Iseb, 6.

<sup>16</sup> Idem, 6.

<sup>17</sup> Idem, 10.

<sup>18</sup> O jornal paulistano dedicou no mês de março de 1964, quatro editoriais contra o projeto da *História Nova do Brasil* e um quinto e último foi publicado no dia 2 de abril. Editoriais que defenestraram a série de livros didáticos em sentenças como a de que o projeto era organizado pelo “grupo do senhor Nelson Werneck Sodré”, “os bossa-nova da História do Brasil” ou os membros do “nacional-comuno peleguismo”. In jornal *O Estado de S. Paulo*. Editorial “A História Nova II”, 4 de março de 1964, 3.

<sup>19</sup> Sodré, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos* (2<sup>a</sup>. edição). Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940, 234-235.

revista *Cultura Política*<sup>20</sup>, um dos instrumentos ideológicos fundamentais do Estado Novo. No artigo “Um sentido político”<sup>21</sup> percebe-se explicitamente o apoio entusiasmado do autor a Getúlio Vargas e ao Estado Novo. Sodré caracteriza-os como os alicerces fundamentais da Revolução Brasileira iniciada com os fatos políticos de 1930, e que levaram o político gaúcho ao poder. Sobre isso, escreveu:

“Chegado ao poder, num momento de intensa crise e de manifesta desorientação, o Presidente Getúlio Vargas encontrava, na sua predestinação política e na articulação de qualidades que lhe eram inatas, o equilíbrio, a sobriedade, a tolerância, a sagacidade, a clareza, o conhecimento dos homens e a objetividade de visão, a arma com que devia, desde logo, procurar introduzir, paulatinamente, no tumulto desencadeado, a influência moderadora, mas firme da sua vontade, estabelecendo linhas e definindo motivos (...)”<sup>22</sup>.

Com Getúlio Vargas e o Estado Novo (1937 – 1945) marcando o segundo momento da Revolução Brasileira inaugurada em 1930, o Estado nacional, diz o autor, afirmava-se como símbolo do “processo de integração” que haveria de colocar um fim a política fragmentária dos interesses oligárquicos regionais da República Velha. Isto é, com o Estado Novo, “colocava-se a união acima de todos os problemas e quebrava-se a longa e nociva tradição provincial, herdada da colônia, transmitida ao Império e continuada pela República”. Por isso, esse processo traduzia “a mais nítida revolução a que o país já assistiu”, daí ser aquele o “momento em que o Brasil, como nação organizada e total podia encontrar a sua oportunidade de progresso pacífico e de estruturação econômica definitivas, diante dos problemas e das normas de vida do mundo moderno”<sup>23</sup> (Idem, 157-158).

No esquema explicativo de Werneck Sodré desenvolvido até 1945, a História do Brasil até o início do século XIX afirmara o poder político dos

“clãs rurais” que até aquele momento eram o instrumento da “transição do regime colonial para a fase de autonomia”, no entanto, tal instrumento haveria de sofrer um visceral retrocesso, quando essa elite fora substituída por outra nascida com a urbanização, principalmente após a transferência do governo português para o Rio de Janeiro em 1808. Essa “elite de letrados”, nos termos do autor, acabou por se aproximar mais dos centros de cultura estrangeira que com a própria realidade do país. Essa situação só começaria a se modificar estruturalmente com as diretrizes estadonovistas de Getúlio Vargas e isso porque o Estado Novo (1937-1945) seria uma forma de Estado dependente da organização corporativa da sociedade, uma expressão institucional “democrática” porque resultado da coesão corporativista em torno da Nação, com esses termos o autor celebrava o conceito de “democracia autoritária” de Azevedo Amaral.

Um aspecto estrutural oriundo da escravidão definiu-se junto às elites coloniais e às elites nacionais no século XIX: o horror ao trabalho. Deriva-se daí o fato dos senhores de engenho desejarem os filhos como doutores, formados nas capitais metropolitanas, especialmente em Coimbra. Formou-se lentamente um processo de modificação na “circulação das elites” coloniais: a máquina administrativa colonial aos poucos se transferiu para esses doutores, bacharéis. Constatou-se com o fenômeno da crescente urbanização o fato de que esses filhos de fazendeiros manifestarem visceral horror às questões cotidianas dos latifúndios. Com o desenvolvimento urbano uma contradição explicitou-se no processo: o afastamento da elite de letrados das questões intrínsecas do agrarismo e das condições gerais da atividade econômica do Brasil, que nos seus aspectos mais gerais, marcava-se em ampla diversidade regional. Distante desses problemas de estrutura e formados em escolas europeias, Werneck Sodré descreve como consequência o crescente alheamento

<sup>20</sup> A organicidade de Sodré com o Estado Novo e com Getúlio Vargas está explicitada, não só pelo fato de ser militar de carreira do Exército, mas também por sua colaboração na revista *Cultura Política*, nela publicou oito artigos desenvolvendo temas sobre a política do Estado Novo, o processo histórico de formação da literatura nacional, entre outros assuntos. Sobre a revista *Cultura Política*, consultar, entre outros, os trabalhos de Gomes, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996; e Bastos, Élida Rugai. “A revista *Cultura Política* e a influência de Ortega y Gasset”. In Bastos, E. R., Ridenti, M. e Rolland, D. (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo, Cortez, 2003, 146 – 171. A revista teve cinquenta e três números, publicados entre março de 1941 e maio de 1945. Como parte fundamental do projeto político ideológico do Estado Novo, foi um dos seus instrumentos mais eficientes na produção do discurso ideológico do regime. Bastos, Élida Rugai, 2003, 149.

<sup>21</sup> *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, 04, junho de 1941, 151-158.

<sup>22</sup> Sodré, Nelson Werneck. “Um sentido político”. In *Revista Cultura Política*, Rio de Janeiro, 4 junho de 1941, 153.

<sup>23</sup> Id., *Ibid.*, 1940, 157-158.

dessas novas elites da máquina política frente aos problemas e anseios produtivos do mundo agrarista. O autor responsabiliza o bacharelismo estéril das elites urbanas do Império como o principal fator político e social da decadência administrativa do Estado frente aos principais problemas da nação, e tal como a grande maioria dos pensadores do autoritarismo corporativista brasileiro, naquela conjuntura, o autor também via na ação parlamentar o eixo de esterilização da nacionalidade. Na sua primeira síntese analítica da história do Brasil – *Formação da Sociedade Brasileira* (1944) reiterou que a proposta do livro visava ao atendimento das demandas reformistas daquele tempo, constatando que:

“[...] a estrutura eivada de desvios e erros coloniais que possuímos é incompatível com qualquer grande esforço que desejamos levar a termo, para encontrar um lugar digno, na comunidade dos povos. A vida nacional ainda se exerce em torno de uma parcela diminuta daquilo que se convencionou chamar povo brasileiro. A sua maioria, não participa, de forma alguma, da existência do país. Sem congrega, entretanto, pelo menos a quase totalidade dessa massa inorganizada, pouco conseguiremos realizar de sensível”<sup>24</sup>.

A originalidade da ensaística historiográfica sodreana estava na articulação de síntese das principais idéias e programas políticos de sua contemporaneidade e por isso deve ser demarcada como uma referência nacional do pensamento autoritário brasileiro articulado ao projeto político varguista do Estado Novo, uma referência de síntese, porque apesar de dialogar criticamente com o pensamento que lhe contemporâneo, o autor não tinha ainda um centro analítico próprio. Só quando da experiência isebiana é que Sodré desenvolverá uma matriz explicativa original, com o ISEB afirmou-se como um clássico da historiografia brasileira.

No seu projeto de criação, o ISEB foi pensado como um centro de altos estudos e vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Com

uma vocação inicial fortemente demarcada como ideológico-tecnocrática a serviço do Estado, a partir de 1959 acabou por firmar-se como cenáculo intelectual de várias matrizes do nacionalismo brasileiro. Na primeira semana de abril de 1964, uma semana após o Golpe Militar, teve a sua sede invadida e destruída pelos militares. A partir de 1959 transcendeu a sua vocação inicial e passou a exercer uma influência política sobre a sociedade civil, com a organização, entre outras práticas, como afirmou anteriormente, de “cursos para sindicalistas, para os militares nacionalistas e, principalmente, para os estudantes em busca de uma ciência social mais engajada do que a ensinada nas universidades”<sup>25</sup>.

Ainda que os intelectuais isebianos envidassem seus esforços interpretativos iniciais sob perspectivas quase convergentes a um nacionalismo antiimperialista, há que se ressaltar a autonomia que cada intelectual manifestava, principalmente quanto ao quadro das distintas disciplinas que cada um lecionava, contudo, ao longo do seu período de funcionamento acabou por formular, em momentos distintos, três diferentes concepções da revolução capitalista brasileira<sup>26</sup>.

O livro de Hélio Jaguaribe (1958) sintetiza o que seria a primeira visão de mundo política isebiana. Para o autor o nacionalismo brasileiro apresentava até aquele momento um escopo teórico-ideológico vago e contraditório, e essa situação advinha do fato de ser o nacionalismo um movimento heterogêneo quanto à sua composição classista, logo, por essa diversidade, impedia-se uma formulação mais ampla e consistente sobre a experiência histórica em curso<sup>27</sup>. Constatava que a hegemonia ideológica do nacionalismo político do PCB sugeria que as posições nacionalistas que se distinguiram do programa pecebista acabavam por aparecer como colaboracionistas dos Estados Unidos. Diante dessa “confusão” política que não estruturava de fato uma definição teórica uníssona de caracterização das práticas do movimento nacionalista, o autor com a publicação do seu livro justificou assim a particularidade política da sua aposta intelectual:

<sup>24</sup> Sodré, Nelson Werneck. *Formação da Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944, 7.

<sup>25</sup> Pécaut, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ática, 1990, 112.

<sup>26</sup> Caio Navarro de Toledo sugere as seguintes expressões para caracterizar as dimensões políticas surgidas nas práticas intelectuais do ISEB: “isebianos à direita”, “isebianos à esquerda”, para este segundo campo, o autor ainda o subdivide em “esquerda moderada” (Sodré, por exemplo) e “esquerda radical” (Wanderley Guilherme). No primeiro campo estariam além de Hélio Jaguaribe, também Guerreiro Ramos e Candido Mendes. Toledo, Caio Navarro de. “Teoria e Ideologia na perspectiva do ISEB”. In Moraes, Reginaldo et al. *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988, 224-256.

<sup>27</sup> Jaguaribe, Hélio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958, 11-12.

“[...] não mais pode ser adiado o esforço de esclarecimento da significação do nacionalismo [...]. Se o nacionalismo brasileiro, na adiantada etapa de manifestação em que já se encontra, não chegar a revestir-se de uma formulação racional [...] será condenado à esterilidade do topicismo, sofrerá a fragmentação de suas tendências e padecerá do efeito paralisante de suas contradições. [...] ou alcança uma formulação mais consistente e suficientemente elaborada, e determina o curso subsequente de nossa história, ou malogra, desaparecendo, com seu insucesso, a condição mesma de o povo brasileiro realizar uma história nacional”<sup>28</sup>.

Nesses termos a caracterização do sentido do trabalho intelectual que Jaguaribe sugeria à sua própria intervenção e ao que entendia ser a representação da ação e engajamento do intelectual isebiano. Para caracterizar o modelo do seu “projeto nacionalista”, Jaguaribe desenvolve um rápido excuro histórico-descrevendo a realidade das forças sócio-políticas que poderiam imantar esse projeto.

No quadro do semicolonialismo e subdesenvolvimento do Brasil de antes de 1930, as classes dirigentes eram comandadas pela lógica ditada por nossa heteronomia e exogenia. E o povo brasileiro constituía, predominantemente, mão-de-obra, a princípio escrava e, em seguida, sujeita a um estatuto de quase servidão da gleba, destinada a produzir os artigos com que concorriamos para o suprimento do mercado norte-americano e do europeu. A lógica de nossa economia impunha às classes dirigentes uma visão de mundo centrada, não no Brasil, mero instrumento a serviço das economias industriais, mas nestas, a que se destinava nossa produção e das quais provinham tanto os bens de consumo requeridos por aquelas classes como pelas idéias de que se alimentava. E as massas trabalhadoras, privadas de consciência própria e dos meios de adquiri-la, não dispunham, também, de condições para reivindicar a defesa de seus interesses, determinados por um regime produtivo exocêntrico, em que os preços eram fixados externamente pelos mercados compradores<sup>29</sup>.

Com esse diagnóstico descreve o sentido estrutural do nacionalismo para um melhor entendi-

mento das classes sociais envolvidas no processo histórico de realização da revolução brasileira. E com esses termos reiterava uma argumentação já clássica tal como aquela da tradição do pensamento autoritário das décadas de 1930 e 1940. Para Hélio Jaguaribe, o nacionalismo seria uma aspiração tanto da burguesia industrial como do proletariado já que com a industrialização esse proletariado expandiria seu acesso ao consumo, processo esse coordenado pela ação racional-administrativa da *intelligentsia* de classe média junto ao Estado. O oposto do nacionalismo seria o *cosmopolitismo* assim definido:

“[...] é a posição para a qual propende a burguesia latifúndio-mercantil, setor dirigente da burguesia nas condições semicoloniais e subdesenvolvidas do Império e da República Velha, e a ampla parcela da classe média que constitui o setor terciário relativamente parasitário, indiretamente subvencionado pelo Estado Cartorial, na forma de empregos públicos sem correspondentes encargos, de baixa ou nula funcionalidade”<sup>30</sup>.

Aspecto a ressaltar, nessa caracterização das demandas políticas das classes sociais brasileiras, eram as distintas variáveis políticas no interior das classes médias e a relação dessas na composição orgânica do Estado brasileiro, percebido pelo autor, desde a colônia como um Estado Cartorial, fato caracterizado como instrumento de uma “estrutura econômico-social fundada numa economia primária de exportação e nos privilégios de classe a ela correlatos”<sup>31</sup>, a marca do Estado Cartorial residiria

“[...] no fato de que o serviço público, em lugar de consistir no atendimento das necessidades coletivas, é um mecanismo de manipulação das clientelas eleitorais destinado a perpetuar os privilégios da classe dominante, proporcionando, sem a contrapartida da prestação de serviços efetivos e socialmente necessários, empregos e favores à clientela dos grupos dirigentes”<sup>32</sup>.

A burguesia brasileira estaria contingenciada a situação similar à das classes médias, ou seja, o Estado Cartorial seria estruturalmente deficitário por essa natureza parasitária das classes que poderiam afirmar-se como lideranças para o capitalismo nacional, e que não procediam como tal devi-

<sup>28</sup> Id. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958, 13-14.

<sup>29</sup> Ibid., 33.

<sup>30</sup> Ibid., 35.

<sup>31</sup> Ibid., 41.

<sup>32</sup> Ibid., 41.



do às determinações do agrarismo-imperialista que continuamente sustentava esse Estado parasitário, daí o autor corroborar uma tese central a todos os demais intelectuais isebianos: a alienação das elites nacionais, o subdesenvolvimento cultural das classes médias e da burguesia brasileira caracterizado pela não percepção da sua situação, termo esse que provocava indução “à transplantação mecânica de categorias e métodos oriundos de condições diversas e impróprios à compreensão das realidades para o entendimento das quais são transplantados”<sup>33</sup>. E diante desse quadro quais seriam as alternativas indicadas pelo autor para uma definição do real sentido da nacionalidade brasileira? A resposta foi apresentada com a definição do “nacionalismo de meios” e o “nacionalismo de fins”.

O nacionalismo que cabe designar de nacionalismo de meios exprime apenas uma das facetas do complexo colonial, tendente a erigir a própria condição em ideologia. Constitui uma das formas suicidas, observadas por Toynbee e por ele designadas de ‘zelotismo’, que uma sociedade subdesenvolvida pode assumir em seus contatos com outras mais adiantadas. O nacionalismo, muito ao contrário, só se realiza na medida em que reconhece seu fim, que é o desenvolvimento, e para isso deve utilizar-se de todos os meios apropriados, seja qual for a origem dos agentes, desde que, nas condições concretas, se revelem os mais eficazes<sup>34</sup>.

Complementa o autor: “o nacionalismo é finalista” e o “desenvolvimento é um fenômeno social global”<sup>35</sup>. O “nacionalismo de fins” seria então a definição do projeto político do autor, a sua proposição de revolução brasileira, onde o nacionalismo determinar-se-ia por uma política de fins pré-fixados não interessando ao autor quais os agentes econômicos envolvidos se nacionais ou internacionais. Uma evidente proposição tecnocrática, termo que o distanciava politicamente dos demais programas nacionalistas que lhe eram contemporâneos, articulados esses quase sempre por pontos de vista de integração classista em frentes pluripartidárias. A questão fundamental para o nacionalismo do autor seria a organização efetiva de uma nova classe dirigente (a tecnocracia de classe média) com funções de moderni-

zação racional administrativa junto ao Estado e que pudesse fazer avançar a “ocidentalidade” do capitalismo brasileiro em constituição como termo antípoda “à irrupção avassaladora do primarismo nacional” (a ameaça comunista). A peça institucional fundamental para a articulação do “nacionalismo de fins” seria, portanto, o Estado tecnocrático.

Diferentes foram os argumentos apresentados por Nelson Werneck Sodré, ainda que estivessem presentes conclusões similares quanto ao diagnóstico da transplantação cultural provocadora da “alienação nacional” das classes dominantes brasileiras. Mas se as soluções políticas de Jaguaribe instrumentalizavam a autocracia de um tecnocratismo dirigente, a agenda política de Sodré definia-se pela radicalização nacional da democracia popular. No livro *Formação Histórica do Brasil* (1962) o autor dá seqüência a premissas explicativas que já vinha desenvolvendo no ISEB desde a publicação de *Introdução à Revolução Brasileira* em 1958. No seu diagnóstico, o mundo assistia a uma “crise geral do capitalismo” assim como a “decomposição do sistema colonial” e a “ampliação do sistema socialista”, e diante desse quadro geral países em desenvolvimento como o Brasil tinham que superar as suas contradições uma agenda nacional centrada na democracia e na resolução da questão nacional<sup>36</sup>. Afirma o autor:

“[...] não há saída para o desenvolvimento com a política de compromissos com o imperialismo, a que constitui, aqui, a base do que se convencionou conhecer como ‘desenvolvimento’. Medidas obrigatórias preliminares ao desenvolvimento autêntico seriam obrigatórias: o monopólio estatal do câmbio em benefício dos empreendimentos nacionais; rigoroso controle das remessas de lucros e, portanto, das divisas que as atendem; abolição dos privilégios que cobrem os investimentos estrangeiros em prejuízo dos investimentos nacionais; nacionalização da produção e da distribuição da energia elétrica; adoção de formas nacionais inequívocas de monopólio de Estado; reforma agrária; auto-suficiência no abastecimento de petróleo”<sup>37</sup>.

Caracterizadas assim as premissas sodreanas para uma agenda global de desenvolvimento nacio-

<sup>33</sup> Ibid., 43.

<sup>34</sup> Ibid., 53.

<sup>35</sup> Ibid., 53.

<sup>36</sup> Sodré, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 11ª. Edição. São Paulo, Difel, 1982, 396-397.

<sup>37</sup> Id. *Formação Histórica do Brasil*. 11ª. Edição. São Paulo, Difel, 1982, 384.

nal *autêntico*, resta saber que forças sociais haveriam de ser mobilizadas para a efetivação dessas práticas. Estava associada ao “autêntico” desenvolvimento nacional a ação do “povo brasileiro”, ainda que fosse uma ação estruturada por grandes contradições internas (como aquelas existentes entre os interesses da burguesia e os do proletariado) era com o *povo brasileiro* que encontrava o pólo antípoda à presença do imperialismo, só com a luta do povo brasileiro em defesa da revolução brasileira é que se demarcaria politicamente a contradição da Nação com o imperialismo. A questão política central do autor seria então lutar pela organização das práticas antiimperialistas do povo brasileiro, o que implicaria em radicalizar a institucionalização da democracia no interior dos interesses das classes nacionais que configuravam o povo brasileiro. O autor define a questão:

“Povo brasileiro, nesta fase histórica, compreende o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia e a parte da alta e média burguesia conhecida como burguesia nacional. O imperialismo tem os seus aliados nos latifundiários e em parte da alta e da média burguesia e recruta os seus agentes nessas classes e na pequena burguesia, que lhe fornece quadros intelectuais e militares principalmente. Há contradições no seio do povo, destacando-se, pelo seu caráter antagônico, aquela entre a burguesia e o proletariado. O tratamento dessas contradições reflete-se no desenvolvimento da Revolução Brasileira”<sup>38</sup>.

Com o processo de desenvolvimento submetido à lógica global do capitalismo monopolista, o autor enfatizará peremptoriamente a democracia como solução na reorganização das formas capitalistas antimopolistas, a luta em defesa da democracia seria então o epicentro popular do autêntico nacionalismo. Se o povo, enquanto categoria síntese não traduzia ainda a organicidade interclassista de resistência ao imperialismo, a defesa da democracia tornava-se então a peça fundamental para a continuidade das práticas constituidoras de estruturas capitalistas nacionais dimensionadas por critérios e necessidades do povo brasileiro. Diferentemente de Jaguaribe, a agenda política sodreana esquivava-se de soluções autoritárias de um Estado

tecnocrático, a defesa da legalidade democrática era-lhe processual, uma concepção que radicava obrigatoriamente o aperfeiçoamento das instituições voltadas para a gestão democrático-popular do capitalismo nacional. A revolução brasileira de Nelson Werneck Sodré centrava-se na radicalização republicana da democracia burguesa, o autor insistia nessa perspectiva porque diagnosticava o fato de que “em países como o Brasil, a fraqueza do movimento democrático” estava “no baixo nível de organização da classe operária, no atraso do campo e na deficiência de unificação entre a classe operária e as outras classes e camadas sociais”<sup>39</sup>. O autor sintetizou assim a sua perspectiva de revolução brasileira:

“A defesa do regime democrático, no processo da Revolução Brasileira, não se prende a uma legalidade formal, mas na compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento. Não interessa ao nosso povo, evidentemente, uma legalidade qualquer, e uma democracia qualquer, mas o regime democrático efetivo cujo conteúdo esteja intimamente ligado ao desenvolvimento de alterações econômicas, políticas e sociais capazes de afetar profundamente o país e corresponder ao avanço das forças produtivas que impõem modificações radicais nas relações de produção”<sup>40</sup>.

Há diferenças políticas substantivas entre as concepções de mundo de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, aspecto que sugere (se percebidas como expressões ideológicas isebianas de síntese) que as práticas intelectuais dos isebianos determinavam-se à processualidade conjuntural a que estavam envolvidos, note-se que o livro de Jaguaribe foi publicado em 1958 e o de Sodré em 1962. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros (1961) e as dificuldades políticas para garantir-se a legitimidade do governo de João Goulart, a ameaça à legalidade democrática estava presente de um modo contundente, nesse sentido, a agenda política sodreana sugeria a manutenção processual das “reformas de base”, já que a luta por essas reformas servia de “intensa politização da maioria da nossa gente”, tinham, portanto, um “sentido educativo inequívoco”<sup>41</sup>, mesmo que dispostas dentro em geral por um sentido corporativista.

<sup>38</sup> Ibid., 401.

<sup>39</sup> Ibid., 402.

<sup>40</sup> Ibid., 402.

<sup>41</sup> Sodré, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*. 4ª. Edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, 230.

Se a perspectiva sodreana de radicalização da democracia burguesa distanciava-se do tecnocratismo autoritário de Hélio Jaguaribe, também haveria de se distanciar do que o autor, anos depois definiria como esquerdismo radical do qual o ISEB também foi protagonista. Como expressão síntese do que poderia ser denominado de “esquerdismo isebiano”, está a intervenção de Wanderley GUILHERME (dos Santos), um isebiano tardio autor de três importantes livros, marcas expressivas no debate sobre os rumos políticos do nacionalismo brasileiro, principalmente *Reforma contra Reforma*, que foi publicado pelo ISEB em 1963. Esse texto marca os estertores do ISEB e a redefinição estatutária do intelectual isebiano frente à realidade conjuntural da política do governo João Goulart em torno das *reformas de base*. O livro é um ataque direto às premissas teóricas inaugurais do instituto que foram hegemônicas quando da presença de Jaguaribe, um ataque às noções do desenvolvimentismo centradas numa suposta burguesia nacional progressista e um ataque direto às diretrizes políticas governamentais (do governo Goulart). Por essas características a publicação do livro rompia com a imagem sempre celebrada e associada ao ISEB, a do instituto ser visto como um aparelho ideológico a serviço de projetos governamentais. A intervenção de Wanderley Guilherme põe a perspectiva de um nacionalismo radicalizado porque centrado na ação política dos chamados “militantes do povo” (trabalhadores urbanos e camponeses).

Na verdade, quem quer que limite a luta popular a pressões junto à burguesia nacional brasileira, no sentido de que ela se torne conseqüente face ao imperialismo e ao latifúndio, está apenas propondo métodos burgueses para a conquista de objetivos fundamentalmente operários e camponeses, condenando ao fracasso a luta popular e, por isso mesmo, comprometendo a própria conquista dos objetivos populares, isto é, a liquidação da espoliação imperialista e do latifúndio<sup>42</sup>.

O autor afirma que a melhor compreensão da luta antiimperialista dos “militantes do povo” deveria se sustentar numa tática onde a ênfase do confronto político não mais se estabelecesse na percepção elaborada pela burguesia brasileira, a de enten-

der o capital monopolista em desleal concorrência pelas vantagens incorporadas com a remessa de lucros para o exterior<sup>43</sup>. Se a tática de luta tinha que ser diferenciada, o era porque os objetivos estratégicos da luta antiimperialista haveriam de se centralizar num grande programa de estatização do capital estrangeiro presente em solo nacional.

A luta antiimperialista conseqüente implica na estatização de todas as empresas estrangeiras que operam em setores chaves da economia, assim como no confisco e nacionalização de todas as demais empresas estrangeiras e ramificações, as quais, de acordo com os interesses nacionais, poderão reverter ou não à economia privada nacional – o pequeno comércio, empresas de prestação de serviços, etc. Eis aí o objetivo estratégico numa luta antiimperialista conseqüente<sup>44</sup>.

A nacionalização do empreendimento capitalista imperialista como prática favorável ao investimento capitalista nacional, assim, “os militantes do povo” haveriam de lutar pelo capitalismo brasileiro, mas dentro de um quadro de economia estatizada<sup>45</sup>. O argumento do autor estava próximo ao diagnóstico apresentado por Nelson Werneck Sodré, mas não o programa da revolução. Wanderley Guilherme criticando enfaticamente a “ideologia populista” (isto é, as práticas ideológicas da integração produtiva em configuração nacional-corporativista do governo Goulart), propõe que a única alternativa política para a *Revolução Brasileira* seria o combate ao capital monopolista já presente de forma estruturalmente sistemática na reproduzibilidade do mercado capitalista nacional. Segundo o autor, as premissas políticas do “populismo” apenas refletiriam um radicalismo inoperante porque resíduo das práticas do desenvolvimentismo quando essas tinham outro sentido macroestrutural, qual seja: o de combaterem a herança colonial. Para Wanderley Guilherme, os “militantes do povo” seriam os únicos protagonistas que poderiam obstar as práticas do capitalismo monopolista, dessa maneira, a marca emblemática da revolução brasileira seria a afirmação das possibilidades de evolução ao socialismo e dessa evolução, no quadro isebiano, o autor formulava um modelo ideológico que colocava em xeque o sentido político associado à instituição: ao

<sup>42</sup> Guilherme, Wanderley. *Reforma contra reforma*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963, 26.

<sup>43</sup> Id. *Reforma contra reforma*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963, 34.

<sup>44</sup> Ibid., 40.

<sup>45</sup> Ibid., 34.

propor o autonomismo decisório das práticas de classe dos “militantes do povo”, o sentido tecnocrático inicial do ISEB perdia sua razão de ser, nesta última proposição teórica, o ISEB afirmava definitivamente a dissolução da sua vocação tecnocrática inicial, ressaltando-se, contudo, que a dissolução dessa vocação já vinha ocorrendo desde 1961, com a atuação político-administrativa de Álvaro Vieira Pinto e, fundamentalmente, com a intervenção intelectual de Nelson Werneck Sodré, quando ambos aproximam o ISEB dos grandes debates que órgãos da sociedade civil de representação classista anunciavam como fundamentais para si (estudantes e sindicalistas, principalmente).

É condição estrutural do pensamento sodreano a ação política engajada do intelectual, a trajetória do historiador carioca é uma das mais expressivas na história da *intelligentsia* brasileira do século XX e a marca política estruturante dessa trajetória sempre foi, inquestionavelmente, o nacionalismo. Nelson Werneck Sodré apresentou-se na década de 1930 como um intelectual associado ao nacionalismo corporativista estadonovista da “democracia autoritária” de Azevedo Amaral, e essa opção era coerente com a sua visão de mundo nacionalista, já que como termo antípoda, a presença do imperialismo neocolonialista só poderia ser combatida pela única instituição efetivamente “democrática” (porque nacional) daquele momento: o Estado Novo corporativista de Vargas. O termo central do pensamento sodreano é a questão nacional, nas décadas seguintes associará como estrutural à questão nacional, a questão da democracia. Nesse sentido, o autor em 1964 não estava a romper com o seu nacionalismo das décadas de 1930 e 1940, ao contrário, mantinha-se coerente com a sua visão de mundo nacionalista. Como aqui foi descrito, no seu percurso, o autor deparou-se com situações institucionais complexas e contraditórias, como intelectual foi militar de carreira, e como militar de carreira deparou-se com universos institucionais de poder que poucos intelectuais puderam perceber, como militar conheceu as entranhas furiosas do poder discricionário, como militar foi coerente com seus supostos intelectuais em torno da agenda nacional transformadora. Como intelectual e militar de carreira conviveu

com os mais expressivos quadros ideológicos da burguesia e tecnocracia, nunca se esquivou dessas experiências de aprendizado e confronto político, muito ao contrário, documentou-as e verbalizou-as como poucos fizeram através dos seis volumes de suas memórias, um dos grandes documentos para a historiografia da *intelligentsia* nacional. Se o Estado Novo era-lhe a marca institucional coerente de democracia no quadro autoritário da nacionalidade em afirmação, na década de 1960 a defesa da democracia nacional popular era-lhe um desdobramento histórico da evolução processual das instituições do capitalismo nacional, daí a sua aposta na manutenção a todo custo desse processo de radicalização institucional da democracia do povo brasileiro, a aposta do autor sempre esteve nas práticas do autoaprendizado político do povo brasileiro, numa inferência argumentativa que não poderei aqui desenvolver, é possível afirmar que diante da lógica de constituição do capitalismo brasileiro, a visão de mundo do autor foi politicamente coerente na defesa da organização das condições gerais de produção promovidas pelo Estado varguista num momento econômico de acumulação e generalização de práticas de exploração centradas num modelo de mais-valia absoluta (décadas de 1930 e 1940) e que diante da irreversibilidade desse processo de acumulação capitalista na crescente ampliação e conquista do mercado interno associada tecnologicamente pela relação empresarial-produtiva com o mercado internacional (décadas de 1950 e 1960), o autor manteve-se coerente na defesa da radicalização da democracia popular porque essa seria a marca institucional fundamental do processo da democracia de mais-valia relativa na consolidação das forças produtivas nacionais. Se o Estado nacional varguista representava o arranque do capitalismo autóctone em bases corporativas, na conjuntura política da década de 1960 importava defender a radicalidade democrática do povo brasileiro imerso ainda nas raízes do capitalismo corporativista, nesse sentido o autor mantinha-se ideologicamente coerente com as formulações do nacionalismo das décadas de 1930 e 1940. Não havendo desse modo, uma ruptura ideológica efetiva entre os dois momentos de formulação de sua obra.